

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Apesar do momento atípico que estamos a atravessar, o Governo decidiu manter a primeira fase dos exames nacionais de acesso ao Ensino Superior em julho. Como consequência, foi decidido que as aulas presenciais seriam retomadas a 18 de maio, começando pelo 11º e pelo 12º anos, para preparar os exames de acesso ao ensino superior. Essa opção centrada nos exames nacionais é reveladora de um ensino secundário subordinado ao acesso ao ensino superior, com prejuízo pedagógico para o último ciclo de estudos da escolaridade obrigatória.

Esse debate terá ser retomado no futuro. Agora importa garantir que a conclusão do ensino secundário e o acesso ao Ensino Superior acontecem em condições de igualdade. O reinício das aulas presenciais gera novas preocupações pelo risco criar de desigualdade entre os alunos que podem e os alunos não podem ter aulas presenciais. Apesar de já estar previsto o acompanhamento em algumas situações de doença, situação pré-existente à pandemia de COVID-19, não há garantia de ensino à distância para alunos que pertencem a grupos de risco, que têm medo de contagiar familiares próximos ou que estão em casa a cuidar dos irmãos mais novos que continuam sem escola.

O Governo reconhece a existência destes alunos que não irão retomar as aulas, mas não tem qualquer solução para eles. Não estão previstas alternativas para estes alunos. O secundário não tem aulas complementares através do Estudo Em Casa (RTP Memória). E os agrupamentos e escolas não agrupadas não têm diretivas do Ministério da Educação sobre como proceder.

Este é um momento em que alunos e as suas famílias sentem muita ansiedade e stress por causa da crise pandémica e da crise social que se vai instalando. A comunidade educativa precisa de respostas. A responsabilidade de encontrar soluções não pode ser atribuída a cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada. Não há garantia de que as escolas tenham professores suficientes para responder a estes problemas. E as famílias frequentemente não têm material informático ou acesso à Internet que garanta o contacto.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

Como irá o Ministério da Educação resolver o problema do acompanhamento pedagógico dos alunos que não frequentem as aulas presenciais?

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2020

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)